

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 28 | abril de 2022

73

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Erik Alencar de Figueiredo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

André Sampaio Zuvanov

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flavio Lyrio Carneiro

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

João Maria de Oliveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Herton Ellery Araújo

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais (substituto)**

José Eduardo Malta de Sá Brandão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Sandro Pereira Silva

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2022

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt73>

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JUVENTUDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS¹

Maria Luisa Carvalho²

1 INTRODUÇÃO

A juventude tem sido abordada por perspectivas diversas, incluindo a categoria etária, que homogeneiza e naturaliza modos de subjetivação, criminaliza, estigmatiza e classifica como patológico o que foge a esse padrão, em uma estratégia de enfraquecer a potencialidade dos(as) jovens serem sujeitos de transformação social. No presente estudo, parte-se da perspectiva crítica que considera a juventude uma categoria política caracterizada pela transversalidade (gênero, raça, classe social etc.), sendo, portanto, diversa e construída socialmente (Groppo e Silveira, 2020; Zamboni, 2007). Tal perspectiva enfatiza a potencialidade presente na juventude de gerar novos modos de viver coletivamente e de subjetivação que muitas vezes se contrapõem ao capitalismo.

O foco dessa pesquisa é a juventude trabalhadora, entendida como não sendo uma categoria homogênea, o que inclui os(as) jovens que se encontram em situações de exclusão da educação e do trabalho, os(as) que têm acesso à educação de qualidade e trabalho decente; os(as) que se conformam e os(as) que contestam a sociedade capitalista.

A crise financeira internacional de 2008 intensificou o avanço das políticas neoliberais e o processo de precarização do trabalho e do desemprego. No Brasil, mesmo durante o período de diminuição do desemprego (2003-2015), a oferta de trabalho formal entre os jovens (de 18 a 24 anos) permaneceu sendo menor em relação às demais faixas etárias economicamente ativas (Ehlert, 2014). Um estudo realizado por Neri (2019) indicou que desde o quarto trimestre de 2014 até 2019, jovens na faixa etária de 20 a 24 anos sofreram uma redução de renda de 5 a 7 vezes maior que a média geral da população. Entre os(as) mais pobres, essa queda da renda chegou a 24,2%. Notou-se também um aumento dos chamados *nem-nem* (nem estudam, nem trabalham), chegando a 24,5% da população jovem no segundo trimestre de 2019, sendo que a maioria deles(as) tem baixa escolaridade, são chefes de família, mulheres e negras.

Silva e Vaz (2020) alertam que a pandemia de covid-19 agravou a já preocupante situação da juventude brasileira. Assim, essa geração encontra-se atualmente em situação de inclusão precária/exclusão do mercado de trabalho e da educação, o que a coloca em uma condição de instabilidade emocional e financeira (Feixa, 2015). Diante desse cenário, Silva e Vaz (2020) e Corseuil e Franca (2020) alertam para a urgência de criação de medidas que possam reverter esse quadro, sob o risco das graves consequências presentes e futuras para a juventude e a sociedade.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt73/espp3>

2. Professora do Departamento Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: <mluisacarvalho@utfpr.edu.br>.

Observa-se ainda que, quando inseridos(as) no mercado de trabalho formal, os(as) jovens geralmente ocupam posições de menor remuneração ou direitos trabalhistas. Sob a justificativa de promover a qualificação e a inserção no mercado de trabalho dessa população, criam-se tipos particulares de vínculos, como aprendizes e estagiários, que, na realidade, frequentemente se tornam meios de obtenção de mão de obra barata. Os(as) jovens também têm sido atingidos pelas chamadas *pejotização* e *uberização* do trabalho, que representam vínculos precários de trabalho, camuflados por um *CNPJ*³ e intermediados por grandes empresas de tecnologia.

Ao mesmo tempo que há um cenário adverso, nos últimos anos observou-se no país mobilizações coletivas em resistência aos avanços neoliberais protagonizadas por uma parcela da juventude, como exemplo pode-se citar as ocupações das escolas pelos secundaristas em 2016. Também se observa a presença juvenil em movimentos vinculados às questões de gênero, raça e ambiental, entre outros. Com menor visibilidade, no âmbito do trabalho, há iniciativas que resgatam o trabalho autogestionário, os saberes tradicionais, o desenvolvimento territorial etc.

Assim, ao considerar tanto as situações adversas que atingem a juventude brasileira como suas ações de resistências, este artigo tem por objetivo identificar e analisar as potencialidades e os desafios da inserção da juventude na economia solidária (ES). Buscou-se encontrar respostas a essa questão por meio de uma pesquisa bibliográfica, sendo uma etapa inicial de um projeto mais amplo sobre *juventude e economia solidária*, o qual incluirá estudos de campo e que pretende produzir conhecimentos que subsidiem ações de extensão que fomentem e assessorem iniciativas predominantemente juvenis em uma incubadora de ES vinculada a uma instituição federal de ensino superior.

2 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada a partir de um levantamento das produções científicas brasileiras, no período 2005-2019, referente à temática *juventude e economia solidária*. A partir dos resultados obtidos, buscou-se identificar e analisar as potencialidades e os desafios dessa relação. Para tanto, procedeu-se uma busca com a expressão *juventude e economia solidária*, no idioma português, de produções (artigos, teses, dissertações, capítulos de livro etc.) divulgadas nas seguintes plataformas: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; SciELO; periódicos da Capes; Sistema de Información Científica Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc); e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Estabeleceu-se um período de busca entre 2000 e 2019, mas o primeiro trabalho encontrado data de 2005. Foram considerados apenas trabalhos completos.

Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos, a fim de identificar se a publicação vinculava-se de fato à temática estudada, uma vez que o resultado inicial da busca listou uma gama ampla de trabalhos. Foram identificadas 25 publicações, sendo duas eliminadas porque, embora

3. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

publicadas em meios distintos, elas vinculavam-se ao mesmo estudo. Em seguida, procedeu-se a leitura dos 23 trabalhos científicos (objetivos, problema de pesquisa, metodologia, resultados e conclusões), categorizando os dados em: tipo de publicação, área de conhecimento, palavras-chave, metodologia, contexto (rural ou urbano) e principais resultados, sendo esse último subdividido em contribuições, limites e contradições da relação juventude e ES.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto ao tipo de publicação, entre os 23 trabalhos analisados, esses eram: sete artigos de periódicos científicos, cinco artigos completos em anais de eventos científicos, cinco dissertações, três capítulos de livro, duas teses e um trabalho de conclusão de curso (TCC).

As pesquisas eram predominantemente da área de ciências humanas (quinze), especialmente de educação (oito) e psicologia (quatro), seguida de ciências sociais aplicadas (três). Todas as produções científicas foram de cunho qualitativo, tendo como instrumento de coleta de dados mais utilizado a entrevista (treze estudos) e relatos de experiências (sete estudos). Os trabalhos analisados referem-se a situações envolvendo a juventude tanto na área urbana quanto na área rural.

Em relação aos resultados dos estudos, optou-se por destacar, para além dos que apareceram mais frequentemente, aqueles que foram mais significativos para compreender as potencialidades e os desafios da relação entre juventude e ES. Por restrições no número de páginas deste texto, ao apresentar esses resultados, não serão referenciados todos os trabalhos pesquisados, mas apenas os que forem aqui citados.

Os estudos indicaram que a centralidade do trabalho se fez presente entre a juventude pesquisada, sendo que seu significado se referia à questão da sobrevivência, em especial, para os(as) que se encontravam em maior vulnerabilidade social, mas remeteu também à sociabilidade, à realização e ao reconhecimento social. Os(as) jovens em situação de pobreza ingressavam no mercado de trabalho mais precocemente, o que acarretava em abandono escolar, o que, por sua vez, os(as) levava a trabalhar em áreas mais precárias, seja no mercado capitalista, seja em empreendimentos econômicos solidários (EES). Esses indivíduos consideravam a ES como uma alternativa provisória de geração de renda e fuga do estigma do desemprego mais que uma opção de outro modo de organização do trabalho ou de promoção de mudança social. Isso ocorria, em especial, devido à geração de renda insuficiente e instável nos EES aos quais se vinculavam. Assim, foi comum entre eles almejar o retorno ao trabalho assalariado. Já nos casos em que havia melhor estrutura econômica e familiar e/ou os empreendimentos proporcionavam uma renda satisfatória e mais estável, inserir-se na ES foi visto mais como uma escolha motivada pela identificação com seus princípios (Bitencourt *et al.*, 2014; Cavalcante, 2006).

No caso da juventude rural, os estudos geralmente envolveram assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a associações da agricultura familiar. Esses(as) jovens enfrentavam a ausência ou a dificuldade de acesso a políticas públicas gerais e específicas para juventude e eram impedidos(as) ao êxodo rural devido à baixa geração de renda e à área da terra da família ser insuficiente para atender à demanda dos filhos à medida que se

tornavam jovens e tinham suas próprias necessidades econômicas e/ou desejavam constituir seu núcleo familiar. Também havia quem almejasse sair do campo devido ao trabalho árduo e desvalorizado socialmente. Por sua vez, a juventude rural, principalmente àquela com vivência em trabalho associado mais consolidado, considerava que essa vivência contribuiu para a permanência no campo, por permitir, via cooperação, maior acesso a recursos materiais e financeiros, assessoria técnica, bem como a construção de uma identidade positiva de camponês e o fortalecimento dos vínculos sociais (Novais *et al.*, 2016; Sguarezi, 2018).

As publicações analisadas destacaram que a educação formal reproduz a lógica capitalista e não discute com a juventude questões referentes ao trabalho, muito menos o trabalho autogestionário em específico. Assim, a maioria desconhecia outras possibilidades concretas de geração trabalho e renda sob uma perspectiva emancipatória. Em contrapartida, houve estudos que relataram experiências-piloto vinculadas à educação que fomentaram os(as) jovens a pensar a criação de EES: *lan house*, loja de acessórios para informática e celular, produção e comercialização agroecológica, moeda solidária (Almeida, Alves e Gussi, 2009; Ribeiro *et al.*, 2019).

Alguns estudos destacaram a dimensão pedagógica que a ES exerceu na vida dos(as) jovens, seja pela vivência da autogestão no cotidiano dos empreendimentos, seja nas situações educativas formais (oficinas, rodas de conversa etc.), proporcionando uma qualificação profissional e educação ampla (técnica, política, gestão), interdisciplinar, intergeracional, significativa, prazerosa, pautada no diálogo entre o saber popular e o científico e na reflexão crítica. Ainda no que se refere à dimensão da educação, destaca-se que eles geralmente tinham uma escolaridade maior do que os adultos que compunham os empreendimentos, o que favorecia com que trouxessem novos conhecimentos e novas tecnologias e conseguissem transitar mais facilmente entre as atividades operacionais e de gestão. Essa maior escolaridade também é apontada como importante para que a ES avance para outros campos de atuação, deixando de se concentrar em áreas de baixo impacto econômico e social (Santo *et al.*, 2006; Nakano, 2005).

Algumas produções científicas destacaram a contribuição da vivência da autogestão para o protagonismo juvenil, autoestima positiva e fortalecimento da organização popular, favorecendo as mudanças sociais e a defesa de pautas da juventude rural e urbana. Adicionalmente à autogestão, a cooperação e a solidariedade foram apontadas como potencializadoras da criação de laços cooperativos e de reciprocidade (Barbieri *et al.*, 2017; Soares, 2011). Contudo, a vivência da autogestão também foi apresentada como um processo árduo, uma vez que, não raro, os adultos reproduziam relações hierárquicas e paternalistas, dando pouca voz e espaço para que os(as) jovens participassem efetivamente de decisões e exercessem funções de gestão, sendo vistos como aprendizes (Nardi *et al.*, 2006; Cavalcante, 2006).

Ainda no que se refere às relações geracionais, em especial na área rural, resultados indicaram que os pais viam na ES uma possibilidade de garantir a permanência da família e das futuras gerações em sua terra, deixando-a, juntamente com as conquistas advindas do empreendimento, como uma herança a filhos e filhas. Por sua vez, os(as) jovens sentiam-se responsáveis e comprometidos em dar continuidade ao legado recebido e a retribuir ao coletivo o que receberam (Liboni, 2012; Oliveira e Marques, 2016; Souza, 2018).

Alguns estudos destacaram que a ES constitui uma alternativa de geração de trabalho e renda para a juventude, pois permite o reconhecimento de que há outras formas de organização do trabalho e de economia distintas do assalariamento, isto é, pautadas no trabalho associado e com viés emancipatório. Indicaram também que, a partir da experiência em ES, alguns jovens ressignificaram o trabalho, superando a alienação, e passaram a ter maior resistência em retornar a modelos heterogestionários. Destaca-se que, como já indicado, isso ocorria quando havia uma identificação com os princípios da ES (Oliveira e Marques, 2016; Silva, 2013).

Retomando os resultados identificados, tem-se como fatores que favorecem o envolvimento da juventude com a ES: experiência e formação em trabalho associado; formação em gestão; comprometimento e mobilização de jovens em associações e organizações não governamentais (ONGs) com o coletivo, território e com a conquista de direitos; geração de renda satisfatória e estável por parte do empreendimento; condições dignas de trabalho. Além disso, identificou-se a necessidade de envolvimento de jovens na autogestão do empreendimento, em especial quando envolve também adultos, de modo que as decisões venham ao encontro dos anseios e das necessidades de todos e todas. Áreas como cultura, informática, confecção e extrativismo foram indicadas como atrativas à juventude. Outro fator relevante em vários estudos foi a presença de entidades de apoio, com destaque para as incubadoras de economia solidária e cooperativas populares, e do poder público atuando como fomentadores, assessores e financiadores. Destaca-se que a inserção dos jovens no trabalho via ES pode fortalecer o protagonismo juvenil, melhorar a autoestima, proporcionar acesso à educação sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar e ressignificar o trabalho, rompendo com a alienação e o individualismo (Nardi, 2006; Ribeiro *et al.*, 2019; Sguarezi, 2018; Soares, 2011; Tiriba e Fisher, 2011).

Identificou-se também dificuldades que não são exclusivas da relação juventude e ES, mas dos EES em geral, como geração de renda apenas de subsistência; rotatividade dos membros; falta de recursos físicos e financeiros e de equipamentos; dificuldade de aumento da produção, de comercialização e na gestão; não acesso a direitos sociais (aposentadoria, licenças maternidade etc.); ausência de programas e políticas públicas permanentes e efetivas para a ES; projetos iniciados por entidades de apoio e/ou Estado com duração e recursos insuficientes para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos; contradições em vivenciar princípios da ES em um contexto capitalista, pois, como foi apresentado, há situações em que os adultos reproduzem relações hierárquicas e a visão de jovens como sendo meros aprendizes e não como protagonistas (Cavalcante, 2006; Ritter, 2010; Sguarezi, 2018). Percebe-se aqui que, em alguns casos, os EES podem representar uma inclusão precarizada no trabalho, consoante com o capitalismo.

Por fim, destaca-se o estudo de Rueda e Elias (2017), que traz importantes questionamentos a respeito da relação entre juventude e ES no Brasil, ressaltando a importância de se superar as dificuldades e contradições para que esta seja uma alternativa sustentável e viável ao capitalismo excludente. O autor e a autora consideram que, atualmente, a juventude encontra pouco espaço na ES brasileira, não sendo dada voz às suas pautas. Ressaltam que é preciso mudar essa situação e criar espaços, modos de organização, articulações entre cultura, comunicação e tecnologia, a fim de aproximar a ES da juventude, tornando-a consoante aos anseios, às problemáticas e aos modos de ser dos(as) jovens. Por fim, destacaram a importância

da criação da Juvesol, que é uma articulação de pessoas, empreendimentos coletivos, organizações da sociedade civil, movimentos e redes em todo o Brasil que discute e promove ações de discussão sobre trabalho, juventude e ES.⁴

4 CONCLUSÃO

No intuito de contribuir para o debate e as ações de fortalecimento da relação entre juventude e ES, seguem algumas considerações, reflexões e sugestões.

O recente contexto pandêmico requer resistência, perseverança e criatividade na busca de soluções para que a ES possa avançar. Nesse sentido, a maior escolaridade, a familiaridade com as tecnologias de comunicação e informação, a criatividade e o desejo de parte da juventude de construir uma sociedade justa e igualitária parecem indicar que a aproximação com os(as) jovens se torna crucial. Igualmente, esta pode ser uma via pela qual a juventude possa não apenas obter renda mas, por meio do trabalho autogestionário, solidário e cooperativo, vivenciar e construir outros modos de subjetivação e experiências de uma vida coletiva.

Os resultados desta pesquisa indicaram que dificuldades de geração de renda, de gestão e de acesso a tecnologias nos empreendimentos são questões recorrentes na ES, não apenas no que tange à juventude, e que precisam ser urgentemente enfrentados, a fim de que essa seja uma opção efetiva e consciente e não uma escolha transitória, motivada pelo desemprego.

A redução do acesso a recursos financeiros e políticas governamentais, bem como a criação de uma relação de maior autonomia com o poder público, requer que o fomento à inclusão da juventude envolva, ainda que parcialmente, recursos advindos da própria ES (fundos solidários, bancos comunitários etc.). Outras estratégias importantes nesse sentido são: a criação e o fortalecimento de redes de EES; a articulação com outros coletivos e movimentos sociais que possuam princípios e práticas consonantes à ES, congregando campo e cidade.

Os resultados da pesquisa demonstraram a importância da aproximação entre a educação e a ES, a fim de que esta se torne conhecida pela juventude. É importante também que seja disseminada a cultura solidária e que as instituições de ensino possam ser espaços de experiências embrionárias e de fomento à criação de EES. Destaca-se o papel das instituições públicas de ensino técnico e superior em incentivar estudantes e egressos, em especial cotistas, a constituírem empreendimentos autogestionários e desenvolverem tecnologias sociais, de modo que o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, seja motor de transformação social emancipatória. Nesse sentido, os estudos indicam que as áreas ligadas a serviços, tecnologia e cultura são mais atrativas para os jovens. Ressalta-se que em todos esses processos o protagonismo deve ser da própria juventude.

Para isso, torna-se importante a articulação para manutenção e construção de políticas públicas para a juventude que garantam e ampliem direitos e, no que se refere ao âmbito do trabalho, fomentem as organizações coletivas e autogestionárias.

4. Silva, Cunha e Silva (2020) destacaram o momento de participação do coletivo da juventude durante a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2014, o que gerou, inclusive, uma moção de apoio do plenário.

Percebeu-se nas pesquisas a importância de trabalhar questões intergeracionais, em especial no âmbito rural, onde as relações familiares e de trabalho se confundem, a fim de fortalecer as relações de troca, horizontalidade e reciprocidade entre jovens e adultos.

Ressalta-se, por fim, que esse foi um estudo inicial. Logo, sugere-se que novas pesquisas sejam feitas, como estudos de casos de experiências de êxito da inserção da juventude na ES, mapeamentos de quem são e onde estão os(as) jovens em empreendimentos de economia solidária, significados do trabalho autogestionário para a juventude, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. C.; ALVES, A. K. A.; GUSSI, A. F. Política de microcrédito para juventude: a experiência de duas atividades produtivas financiadas pelo Programa CredJovem Solidário em Fortaleza. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA (CBED), 20., 2009, Fortaleza, Ceará. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/37WvpQu>>. Acesso em: 3 nov. 2019.
- BARBIERI, L. *et al.* Mulheres semeando agroecologia: uma experiência de convivência com o semiárido nas comunidades quilombolas da região do carará/PE. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2017, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: ABA, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/35kdgvc>>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- BITENCOURT, B. M. *et al.* Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. **Gerai**, *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 142-155, dez. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3uAyKwd>>. Acesso em: 9 dez. 2019.
- CAVALCANTE, L. M. **Economia dos setores populares: juventude e educação para o trabalho**. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/36V15p6>>. Acesso em: 9 dez. 2019.
- CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 70, set. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wIu5et>>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- EHLERT, A. Taxa de desemprego é maior entre a população jovem. **Bem Paraná**, 20 jan. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3JGfF29>>. Acesso em: 1º nov. 2019.
- FEIXA, C. **A juventude como categoria social está morrendo de êxito**. Entrevista concedida à Pablo Elorduy. Tradução Cepat. São Leopoldo: IHU, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3JRZAqb>>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wKJgnC>>. Acesso em: 5 maio 2021.
- LIBONI, M. T. L. **Pais e filhos problematizando a economia solidária como alternativa de trabalho para os jovens**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

NAKANO, M. O Encontro solidário de gerações no mundo do trabalho: possibilidades de resignificação da escola. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED)*, 28., 2005, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: Anped, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3JS0LG7>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

NARDI, H. C. *et al.* Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3tM0oYf>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

NERI, M. C. (Coord.). **Juventude e trabalho**: qual o impacto da crise da renda dos jovens? E nos nem-nem? Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/36Sj0fS>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

NOVAIS, T. O. *et al.* À economia solidária como uma forma de promoção da juventude do campo. **Comunicações em Ciências da saúde**, Brasília. v. 27, n. 3, p. 223-230, jul. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3JLeHBz>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

OLIVEIRA, M. L.; MARQUES, L. R. Políticas de juventudes: histórias de vida, educação e resistência. **Revista Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1203-1222, 2016.

RIBEIRO, C. G. *et al.* Formação e empreendimentos econômicos solidários: uma análise acerca das oficinas do projeto juventude camponesa do assentamento Roseli Nunes – Mirassol do Oeste/ MT. *In: ZART, L. L.; PAEZANO, E. S. M.; MARTINS, J. O. (Org.). Educação e socioeconomia solidária: fundamentos da produção social do conhecimento*. Cáceres: Editora Unimat, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3uieocj>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

RITTER, C. **O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei**: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3DhX4Hi>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RUEDA, D.; ELIAS, W. C. A juventude na economia solidária: reflexões sobre engajamento e participação. *In: BRANDÃO, C. R. et al. Encantar a vida com a diversidade*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017. 104 p. (Série Trilhas Educativas. livro 2). Disponível em: <<https://bit.ly/3IYQ83f>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SANTO, J. E. *et al.* Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 195-204, jun. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3tMU5nf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SGUAREZI, S. B. Economia Solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária. **Guaju**, Matinhos, v. 4, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3LkmF5k>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, J. A. **Por uma sociedade de iguais**: a formação de jovens para o trabalho na perspectiva da Economia Solidária. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, E. R. A.; VAZ, F. M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 70, 2020.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3IN3yz9>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SOARES, S. K. N. F. **A inserção de jovens rurais na economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local**: a experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município de Ouricuri. 2011. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3DfWHgi>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SOUZA, E. V. S. **O cooperativismo em escolas do ensino médio de Cruz das Almas**. 2018. Dissertação (Graduação) – Centro de ciências agrárias, ambientais e biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 13-29, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3qGDuiV>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ZAMBONI, C. Juventude: uma questão de fronteira para a psicologia social. *In*: VERÍSSIMO, M.; GUARESCHI, P. (Org.). **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 275-292.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

